



Transparência Internacional

Brasil retrocede em ranking global que mede percepção da corrupção

— Em 2023, País recuou para a segunda pior posição na série histórica (104.º lugar), entre 180 nações; orçamento secreto e decisões de Toffoli influenciam resultado, diz ONG

JULIANO GALISI

O Brasil atingiu a segunda pior colocação da história no Índice de Percepção da Corrupção de 2023, produzido pela Transparência Internacional desde 1995. Na pesquisa divulgada ontem, o País figura na 104.ª posição entre as 180 nações avaliadas pela entidade. Quanto melhor a posição no ranking, menos corrupto é considerado o território.

No ano passado, o Brasil marcou 36 pontos, dois a menos que a nota de 2022. O índice obtido é igual ao de países como Argélia, Sérvia e Ucrânia. Quanto aos vizinhos na América do Sul e na América Central, o Brasil registrou uma avaliação pior do que a do Uruguai (76 pontos), Chile (66), Cuba (42) e Argentina (37).

manutenção do esquema do orçamento secreto e loteamento de espaços de poder”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o orçamento secreto — esquema revelado pelo *Estadão* — durante a campanha eleitoral de 2022, mas manteve, neste terceiro mandato, o pagamento de emendas parlamentares sem transparência e sem fiscalização na articulação com o Congresso.

SUPREMO. A insegurança jurídica também foi citada como um entrave institucional para o combate à corrupção no País. O relatório elaborado pela Transparência Internacional destaca decisões monocráticas do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), que, para a entidade, causaram um “imenso impacto sobre a impunidade de casos de corrupção”.

No ano passado, Toffoli anulou todas as provas do acordo de leniência da Odebrecht e suspendeu multa bilionária aplicada ao grupo J&F. O despacho do ministro abriu caminho para uma possível revisão de acordos fechados por outras empresas que admitiram corrupção e se comprometeram a restituir o erário.

De 2012 a 2023, o País perdeu sete pontos na avaliação do combate à corrupção. Para o gerente do Centro de Conhecimento Anticorrupção da Transparência Internacional, Guilherme France, a queda é “significativa”. “É um processo histórico que não está circunscrito a um ano apenas. Esse processo acontece a partir de investigações policiais em que ficam evidentes grandes esquemas de corrupção no Estado brasileiro”, disse France. “Isso acaba gerando a percepção de que a corrupção aumentou, por ela estar mais evidente.”

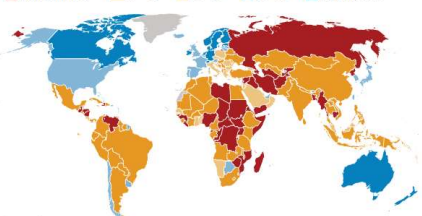
No entanto, segundo Fran-

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO

Pontuação no ranking varia de 0 a 100 e avalia percepção da sociedade em relação à integridade do setor público

Pontuação em 2023

■ MENOR QUE 27 ■ 27 – 43 ■ 43 – 58 ■ 58 – 74 ■ MAIOR QUE 74



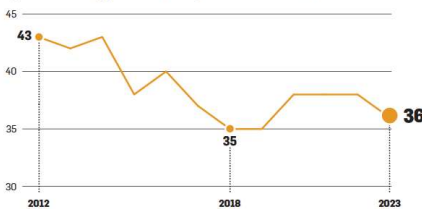
Ranking

Quanto maior a nota, menor é a percepção do país quanto à corrupção no setor público

MELHORES			PIORES		
1º	PAÍS	ÍNDICE	104º	PAÍS	ÍNDICE
1º	Dinamarca	90	104º	Brasil	36
2º	Finlândia	87	170º	Libia	18
3º	Nova Zelândia	85	170º	Turcomenistão	18
4º	Noruega	84	172º	Guiné Equatorial	17
5º	Cingapura	83	172º	Haiti	17
6º	Suécia	82	172º	Coreia do Norte	17
	Suíça	82	172º	Nicarágua	17
8º	Holanda	79	176º	Ilémen	16
9º	Alemanha	78	177º	Sudão do Sul	13
	Luxemburgo	78	177º	Síria	13
11º	Irlanda	77	177º	Venezuela	13
			180º	Somália	11

Nota do Brasil

Em 2023, Brasil figura na segunda pior colocação desde que o ranking passou a ser publicado, em 1995



FONTES: TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL / INFOGRÁFICO: ESTADO

ce, não foram empreendidos os esforços necessários para administrar essa percepção mais acentuada da corrupção. “O que não vimos acontecer desde 2013, de 2014, foram reformas no sentido de endereçar as causas sistêmicas da corrupção que esses esquemas evidenciaram. O Brasil não avançou em termos de reformas anticorrupção no período”, afirmou o gerente da Transparência Internacional.

REFORMA. Em 2023, por outro lado, também houve destaques positivos, conforme a Transparência. Um dos principais avanços do último ano foi a aprovação da reforma tributária, sobre a qual incide “potencial de impacto estrutural anticorrupção”, registrou a entidade. A investigação da Polícia Federal que apura suspeita de uma estrutura paralela na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) também representa um avanço institucional, na avaliação da organização.

Em nota divulgada ontem, a Controladoria-Geral da União (CGU), órgão cujas principais atribuições são a prevenção e o combate à corrupção no governo federal, afirma que “trabalha diariamente para identificar e corrigir riscos de corrupção em políticas públicas, contratações e outras ações do Estado”.

‘COMPLEXO’. O relatório da Transparência Internacional, segundo a CGU, “reconhece importantes avanços no âmbito do controle social, da transparência e do acesso à informação”. O órgão, porém, ressaltou que os resultados da pesquisa “devem ser vistos com cautela”. “A corrupção é um fenômeno complexo e nenhum indicador consegue medir todos os seus aspectos.”

ROU ZECA FERREIRA

Para entender

A metodologia do levantamento

● Cruzamento de dados

O Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional é calculado por meio da análise de 13 fontes

de dados, incluindo relatórios e rankings de instituições independentes especializadas na avaliação de governança e ambiente de negócios

● Entrevistas

Essas instituições são responsáveis por conduzir questionários sobre o tema, e apenas os

dados divulgados nos últimos dois anos são considerados no cálculo realizado pela Transparência Internacional

● Critérios

Para ser incorporado ao IPC, um país deve ter sido avaliado por no mínimo três fontes. O total de pontos é calculado pela

média de todas as pontuações padronizadas disponíveis para aquela nação

● Quem participa

Entre as instituições consultadas para o cálculo do IPC de 2023 estão Banco Africano de Desenvolvimento; Banco Mundial; Centro de Competitividade

de Mundial do IMD; Consultoria em Risco Político e Econômico; Fórum Econômico Mundial; Freedom House; Fundação Bertelsmann; Grupo PRS; Instituto V-Dem da Universidade de Notre Dame; Projeto de Justiça Mundial; Serviço Global de Riscos da IHS Global Insight; e The Economist